



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Mundo do Trabalho.

FORÇA DE TRABALHO *JUST-IN-TIME*: APROXIMAÇÕES SOCIOLÓGICAS

Vinicius Tomaz Fernandes¹

Resumo

Sob a chamada acumulação flexível, o mundo do trabalho toma contornos cada vez mais multifacetados, marcado pelos fenômenos da flexibilização e precarização de suas relações. O surgimento de novas formas de trabalho, com ou sem forma jurídica específica, atinge um patamar onde o trabalho até então denominado como “atípico” se estabelece como regra. Buscamos, no presente texto, interpretar as tendências do contemporâneo mundo do trabalho, conjugando suas novas formas e a dinâmica de reprodução do capital. Para tanto, mobilizamos a noção de força de trabalho *just-in-time*, conferindo ênfase às necessidades do capital em acelerar o ritmo de consumo de força de trabalho de acordo com as demandas do mercado.

Palavras-chave: trabalho; força de trabalho; flexibilização.

Workforce *just-in-time*: sociological notes

Abstract

Under the so-called flexible accumulation, the world of work takes outlines increasingly multifaceted, marked by flexibilization and precariousness phenomena of its relations. The emergence of new labor forms, with or without specific legal forms, reaches a level at which the labor until then denominated as "atypical" is established as rule. We seek, in this present text, to interpret the tendencies of the contemporary world of work, conjugating the new forms and the reproduction dynamics of capital. Therefore, we mobilize the notion of workforce *just-in-time*, checking emphasis to the capital necessities in accelerate the rhythm of consume of workforce according to the market demands.

Keywords: work; workforce; flexibilization.

Introdução

Flexibilização é a palavra de ordem quando se trata do contemporâneo mundo do trabalho, seja para seus apologetas ou por analistas críticos. Pode-se falar em acumulação flexível (HARVEY, 2008), em flexibilidade “interna” ou “externa” (CASTEL, 1998), em flexibilização do tempo de trabalho (DAL ROSSO, 2017), em suma, uma miríade de distintas abordagens sobre um fenômeno comum. O fato é que, paralela à corrosão da hegemonia do modelo fordista de organização e gestão do trabalho, ergueu-se um padrão que torna regra o trabalho “atípico”, camufla

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: <vinciustomazfernandes@gmail.com>.

trabalhadores sob a insígnia de colaboradores, enseja a polivalência, estabelece a efemeridade como marca do trabalho.

Trabalho autônomo, empreendedorismo, uberização. As fronteiras cada vez mais borradas e obnubiladas entre o trabalho formal e o informal. A pejotização, o Microempreendedor Individual (MEI) e as novas formas de trabalho inauguradas pela Reforma Trabalhista. A flexibilização toma, enquanto fenômeno, contornos multifacetados. O que buscamos no presente texto é expor uma interpretação unificada da ascensão das distintas formas de trabalho, até então consideradas como atípicas, à luz da dinâmica de reprodução do capital e das metamorfoses das formas de organização e gestão do trabalho. Para tanto, tomaremos a noção força de trabalho *just-in-time* como elemento explicativo de tais metamorfoses, acentuando a necessidade do capital em acelerar o ritmo de consumo e o expurgo de força de trabalho no âmbito da produção, conforme as demandas do mercado.

Da crise estrutural à flexibilização do trabalho

A hegemonia fordista, apontada por Harvey (2008) como acumulação rígida, expressaria seus limites já no final da década de 1960 e no início da década de 1970, na qual o filósofo húngaro István Mészáros (2009) localiza a chamada crise estrutural do capital. Conforme a caracterização apontada pelo autor, uma crise que se expressa nos fundamentos do modo de produção capitalista, distinguindo-se das crises anteriores, de caráter cíclico.

Por exemplo, por mais que tenha sido severa, a crise de 1929 é tida como uma crise cíclica do capital. Isto é, não afeta a totalidade do complexo social, pelo contrário, é concentrada em algumas de suas dimensões. Não há, segundo Mészáros, controvérsia na associação entre capital e crise: a segunda é requisito da primeira. A crise é a possibilidade do capital para "[...] progredir para além de suas fronteiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação" (MÉSZÁROS, 2009, p. 795). Ainda que a economia burguesa insista na possibilidade de evitar as crises - ou contorná-las - por meio de mecanismos de gestão, seria impossível para o capital a superação permanente de suas crises.

Após um longo período de acumulação, que alternava momentos de expansão e recessão, Mészáros nos aponta uma nova fase da crise capitalista. O que é inédito na

década de 1970, e que confere à esta crise seu caráter estrutural, são quatro características principais: i) universalidade, não é restrita a um ramo ou setor particular da economia; ii) alcance global, não é geograficamente delimitada, mas atinge o conjunto dos países; iii) é permanente, isto é, sua escala de tempo é extensa, contínua; iv) rastejante, não eruptiva, seus desdobramentos são paulatinos (MÉSZÁROS, 2009).

Isto é, estariam estabelecidos, a partir desta época histórica, os limites absolutos do capital enquanto sistema sócio-metabólico. Marcadamente na disjunção entre a reprodução do capital enquanto tal e a produção para as necessidades sociais: acentua-se seu caráter corrosivo e destrutivo². Efetivamente, o capital buscou estratégias para sair de sua crise, visando a retomada das taxas de lucro, que vinham em decréscimo. Para tanto, apoiou-se em três processos combinados:

O tripé financeirização, neoliberalismo e reestruturação produtiva é fundamental como resposta à queda tendencial da taxa de lucro. Dito de outra forma: o processo de liberalização da economia, que permitiu a livre mobilidade do capital, alicerçada em tecnologias de informação constantemente renovadas e avanços nos meios de transporte, foi aliado a uma conformação ideopolítica pautada na livre-concorrência, no individualismo exacerbado, na meritocracia, na subjetividade a serviço da economia e no fim da história, das revoluções, das classes sociais, das metanarrativas e tudo que abranja a totalidade, a qual teve repercussão direta na forma de organização do trabalho, hegemonicamente baseado no toyotismo (MORAES, 2017, p. 3).

Debrucemos de forma mais detida sobre o processo de reestruturação produtiva. Apesar de sua efetiva difusão em escala global só ocorrer, a partir da década de 1970, é no decorrer da década de 1950, no Japão ainda arrasado pela derrota na Segunda Guerra Mundial, que se gesta um novo modelo de organização do trabalho: o toyotismo. Formulado pelo engenheiro Taiichi Ohno (e, por este motivo, também é possível encontra-lo sob a denominação de *ohnismo*), caracterizou-se pela *polivalência* e *flexibilidade*. O objetivo era adaptar a produção à demanda – deixando para trás, com isso, a produção em massa – dando a capacidade de produzir diferentes modelos e mercadorias em um rápido intervalo de tempo. Ao diminuir a necessidade de “retrabalho”, em virtude dos altos índices de qualidade, fez cair os custos da produção. Além disso, buscava operar sempre com baixíssima capacidade ociosa, isso significava

² Frente ao cenário de destrutividade do sistema sócio-metabólico do capital, enfatiza Mézáros (2009), que se recoloca, de forma imperativa, a necessidade de alternativas societárias.

que o processo de produção contava com o mínimo de estoque, de equipamentos e, é claro... de trabalhadores (PINTO, 2013).

Ao passo em que se adentra ao período toyotista, a figura do ideal de operário se transforma. Não se exige mais a hiperespecialização com a realização do mesmo, e repetitivo, movimento ao longo de toda a jornada de trabalho. Exigirá a polivalência, para que se supere a linha de montagem e adapte-se à célula de produção, onde o trabalhador executará, em grupo, quantas tarefas forem necessárias. Na impossibilidade de *supressão* completa da mente do trabalhador na antiga organização da produção, buscará, agora, a *captura* de sua subjetividade. O *operário-boi* dá lugar ao *colaborador*. Sobre o fordismo, Gramsci tratava a questão da seguinte maneira:

Todavia, ele é feito e não se aniquila espiritualmente o homem. Quando o processo de adaptação ocorre, se verifica na realidade que o cérebro do operário, em vez de se mumificar, alcança um estado de completa liberdade. Foi mecanizado completamente só o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, se aninhou nos feixes de músculos e nervos, o que deixou o cérebro livre e solto para outras ocupações. (GRAMSCI, 2008, p. 74).

Ainda que tenha idealizado um modelo de operário repetidor, não pensante, o fordismo não logrou a supressão da mente de seus trabalhadores. Do contrário, na medida em que o trabalho repetitivo exigia cada vez menos atenção e esforço de concentração, a mente de trabalhador se encontrava livre para outras dimensões, inclusive para a *contestação*. Não por acaso o toyotismo, na impossibilidade de suprimir, buscou capturar ou absorver a mente e a subjetividade do trabalhador, utilizando-os como elementos de criatividade e identificação. Criatividade, na ausência modelos dos movimentos a serem repetidos, os “colaboradores” se encontram em liberdade para optar pela forma de fazer que mais se adéqua à sua individualidade, podendo até mesmo sugerir novas formas e aperfeiçoamentos através dos sistemas de melhoria contínua, ligadas ao *kaizen*³.

Não são todos os trabalhadores que estarão, no entanto, vinculados diretamente à “empresa principal”, já que ocorrerá concomitantemente uma forte descentralização da

³ Palavra japonesa que significa “melhoria” ou “mudança para melhor”. Tomou-se um dos princípios da produção toyotista, devendo ser implementada tanto na melhoria dos produtos, quanto na linha de produção, sempre com vistas a diminuir custos e aumentar a produtividade. Pode também estar vinculada aos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s).

produção. Segundo Harvey “A mudança mais radical tem seguido a direção do aumento da subcontratação” e complementa “A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 2008, p. 144). A cadeia de subcontratações é, portanto, um dos principais elementos para dar alcance efetivamente global ao toyotismo. Sob o signo da fábrica enxuta, as empresas terão um núcleo reduzido de trabalhadores, ampliando-o nos momentos de necessidade através da subcontratação, trata-se aqui de uma importante dimensão da flexibilização. A subcontratação se distribui geograficamente e o capital busca territórios da periferia do capitalismo, encontrando de força de trabalho abundante e subremunerada, débeis – ou inexistentes – legislações trabalhistas, governos nacionais subservientes e desorganização sindical.

Segundo Antunes (2009), enquanto a fábrica fordista realizava aproximadamente 75% da produção em seu interior, a fábrica toyotista realizará somente 25% da produção, com tendência de intensificação da descentralização. A empresa deve, de acordo com a ‘teoria do foco’ se concentrar em determinada especialidade, transferindo para terceiros o que antes eram suas atribuições secundárias. Por consequência, quando falamos de uma rede de subcontratadas e também de outras empresas que estão presentes no interior da mesma fábrica, nos referimos diretamente ao processo de terceirização, que se ampliou e intensificou com os novos métodos.

Em síntese, podemos elencar como as principais características do toyotismo os seguintes elementos:

- i) Vincula sua produção diretamente à demanda, buscando atendê-las de forma cada vez mais individualizadas;
- ii) Em decorrência, as mercadorias produzidas são bastante variadas e heterogêneas, do contrário da padronização fordista;
- iii) Tem como princípio o *just-in-time*, que determina que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata;
- iv) A reposição do estoque funciona pelo sistema *kanban*, inspirado nas prateleiras dos supermercados, utilizando placas e senhas, resulta em um estoque mínimo;
- v) Opera em rede, em uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalização fordista;

vi) Tem como princípio o *kaizen*, a melhoria contínua da produção e dos produtos;

vii) Adota os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), que busca a apreender sugestões de melhoria por parte dos trabalhadores;

viii) Se baseia na polivalência do trabalhador, em contraste com o trabalho repetitivo e parcelado, ele deve cumprir um conjunto diversificado de tarefas.

Se existem elementos de descontinuidade, como apontados acima, podemos considerar, com Basso (1998), que também existem características de continuidade. Primeiramente, há de se ressaltar que se ergue sobre forte repressão ao movimento sindical combativo japonês, praticamente dizimado, dando lugar aos sindicatos de perspectiva corporativa e colaboracionista, isto é, alheios às demandas exteriores, focados em pautas internas, em colaboração com o patronato para auxiliar na gestão e nos ganhos da empresa. O toyotismo ofereceu contrapartidas materiais aos trabalhadores japoneses como a geração de empregos e estabilidade⁴; sistema de bem-estar vinculado às grandes empresas (moradia, educação, previdência, etc.); incremento salarial a partir do sucesso financeiro da empresa; e possibilidade de mobilidade ascendente.

Ainda de acordo com Basso (1998), tal qual buscava Taylor, o toyotismo também se caracterizou pela busca desenfreada pela maximização do tempo de trabalho, que se dá por duas vias: por uma verdadeira obsessão pela eliminação do tempo morto no interior da jornada de trabalho e, por outro lado, pela extensão da jornada de trabalho a níveis que remetem ao século XIX⁵. Na fábrica da Toyota, a intensificação do trabalho opera através de um sistema de luzes, “[...] quando está verde, o funcionamento é normal; com a indicação laranja, atinge-se uma intensidade máxima, e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo” (ANTUNES, 2009, p. 58).

Compreender as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e entender que as transformações não se restringem, tampouco, a ele, nos auxiliam a examinar com maior acuidade a sociedade contemporânea e afastar algumas teses. Nota-se que não se

⁴ O emprego vitalício foi adotado para parcela da classe trabalhadora japonesa, chegando a 30% (COSTAS e GARANTO apud ANTUNES, 2013).

⁵ Acerca da ampliação do tempo de trabalho, nos deteremos com maior profundidade do subcapítulo seguinte (1.5.) "Dimensões da precarização".

trata de um “pós-capitalismo” ou um “pós-fordismo”, isto porque não há qualquer elemento que nos indique uma mudança no modo de produção, senão o próprio aprofundamento do mesmo, e porque o fordismo não se encontra em um passado distante, muitos de seus elementos permanecem vigorando, ainda que tenha se esgotado sua hegemonia enquanto modelo de organização do trabalho.

Aliás, ainda que tenham sido amplamente difundidos, as formas de absorção, em um primeiro momento, do taylorismo-fordismo e, noutro momento, do toyotismo são amplamente diferenciadas, a depender da conformação e localização de cada Estadação no mercado mundial. De tal forma, não deve surpreender a permanência e reinvenção de elementos pretéritos em simbiose com os mais novos elementos de organização do trabalho. No plano concreto, portanto, inexistem "modelos puros" de organização do trabalho.

A importância de retomarmos as determinações do movimento histórico do capital reside, exatamente, na compreensão da precarização enquanto elemento de *particularidade*. Isto é, no seio do movimento dialético entre universalidade, particularidade e singularidade, Lukács (1970) aponta:

Na particularidade, na determinação e na especificação, portanto, está contido um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais concreta de um fenômeno ou de uma lei. É uma concretização crítica, obtida graças à descoberta das reais mediações para cima e para baixo na relação dialética de universal e particular (LUKÁCS, 1970, p. 108).

A dialética repercute, na mente humana, como um movimento do singular para o universal e, por conseguinte, do universal para o singular. É a particularidade o nível de mediação entre ambos os momentos, o singular - enquanto momento do concreto, complexo - e o universal. Esse último, o universal, é partícula do singular e aproxima todos os objetos singulares. Enquanto todo o singular, em sua incompletude, faz parte do universal, além de estar ligado, por inúmeras transições, a singulares de todos outros gêneros (LUKÁCS, 1970).

Por tal motivo, o particular atravessa ambos os momentos:

O particular se confunde, em sua determinação, ora com o universal, ora com o singular. Por isso, na construção conceitual científica e filosófica, os extremos são desenvolvidos antes do que os meios mediadores (LUKÁCS, 1970, p. 101).

Consideramos que, à luz do movimento acima exposto, Mészáros (2007) aponta como o momento da particularidade, isto é, da mediação entre a universalidade e singularidade, a noção de *precarização flexível*. Ou seja, nesta perspectiva, precarização e flexibilização são entendidas como expressões que se combinam. Mais do que isso, são processos onde a precarização se expressa, fenomenicamente, através da flexibilização.

Quando tratamos da precarização enquanto a transformação qualitativa da precariedade no decorrer do desenvolvimento histórico e apreendemos o presente momento a partir da crise estrutural do capital, identificaremos que a flexibilização é uma *forma-de-ser* do desenvolvimento da precariedade, a qual denominamos, em consonância com Mészáros (2007), *precarização flexível*.

Nesse sentido, é possível apontar, tal qual assinalou Druck (2013) uma *nova precarização social do trabalho*, no sentido de um "[...] processo que instala - econômica, social e politicamente - uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil [...]" (DRUCK, 2013, p. 55). Isto é, a precarização remonta a elementos estruturais e que já estavam presentes, mas é *nova* na medida em que, em seu processo histórico, se renova e se reconfigura, adquirindo novas faces e novas expressões.

Este processo não pode ser compreendido, em sua complexidade, se não nos atentarmos, também, ao neoliberalismo e às formas pelas quais ele se conecta e se combina com a reestruturação produtiva. O pensamento neoliberal tem como seu texto fundacional *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek, publicado em 1944. Mas foi três anos depois que intelectuais de diversos países se reuniram em torno da Sociedade de Mont Pèlerin⁶, com o objetivo de combater as políticas keynesianas e elaborar as bases de um novo capitalismo, que rompesse com a chamada servidão moderna e possibilitasse a plena liberdade individual (PAULANI, 2005).

Após ficar limitada por quase três décadas como discussão teórica, foi justamente a partir da década de 1970 que o neoliberalismo encontrou solo fértil para a difusão de suas fórmulas. Seu primeiro laboratório foi o Chile, após o golpe de 11 de

⁶. Mont Pèlerin é como se chama a estação, na Suíça, que recebeu a primeira reunião do grupo. Entre os participantes encontravam-se nomes como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig Von Mises (ANDERSON, 1995).

setembro de 1973, que derrubou o então Presidente Salvador Allende e fez ascender ao poder o General Augusto Pinochet. Um grupo de economistas, conhecidos como *Chicago Boys*⁷, foi responsável pela aplicação de uma série de medidas de privatização, desregulamentação e repressão sindical. A rigor, esse grupo de economistas tinha uma referência maior na escola norte-americana do que, propriamente, na escola austríaca (MORAES, 2001).

É em 1979, com a eleição de Margaret Thatcher na Inglaterra, que o neoliberalismo foi, pela primeira vez, implementado em um dos centros da economia capitalista. O conjunto de medidas tomadas foi assim descrito por Anderson:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (ANDERSON, 1995).

Da Inglaterra em diante, as políticas neoliberais se alastraram pelo mundo, propagadas pelas organizações multilaterais criadas no Acordo de Bretton Woods (1945) – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional –, sendo aplicadas com maior ou menor grau de ortodoxia entre os países. A hegemonia neoliberal chegou a tal ponto que, destaca Anderson (1995), não era aplicada apenas por seus porta-vozes, mas também por governos dirigidos por partidos trabalhistas e euro-socialistas.

Sendo assim, já abordamos, brevemente, o neoliberalismo de duas formas distintas: primeiramente, como um movimento intelectual ou corrente de pensamento (organizada, sobretudo, pela Sociedade de Mont Pèlerin) e, em segundo lugar, como conjunto de políticas econômicas e sociais aplicadas pelos governos a partir da década de 1970. No entanto, seria uma incompletude nos determos apenas nesses dois aspectos, afinal, como expôs Harvey (2014, p. 32), citando a própria Magareth Thatcher: “A economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito”.

⁷ Grupo de economistas chilenos que foram estudantes na Universidade de Chicago e, liderados por Milton Firedman, formularam a política econômica implementada por Pinochet.

Buscamos enfatizar, com Dardot e Laval (2016), que o neoliberalismo também produz relações sociais determinadas, isto é, influi nas formas de comportamento dos indivíduos em sociedade e deles – os indivíduos – sobre si mesmos, produzindo também uma nova subjetividade. Nesse sentido, além de uma corrente de pensamento e um conjunto de políticas econômicas e sociais, o neoliberalismo se constitui como uma nova *racionalidade* – dos governantes e dos governados – baseada no *modelo empresa*.

No ínterim dessa interpretação, o governo não é entendido apenas como uma instituição, mas, sobretudo, como uma atividade: as técnicas e procedimentos que visam dar direção à conduta dos indivíduos. Por conseguinte, as formas dessa atividade, em que os homens exercem um governo e conduzem a conduta de outros, a *governamentalidade*. O neoliberalismo não consistiria tão somente como uma resposta à crise de acumulação, mas a uma crise da governamentalidade e, para tanto, fazendo-se necessário reinventá-la, isto é, introduzir uma nova forma de orientar as condutas e práticas dos indivíduos, a partir da forma-empresa e de uma subjetividade contábil (DARDOT; LAVAL, 2016).

Interessando-se de perto pela história do governo neoliberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a “biopolítica”) que vão encontrar no neoliberalismo uma sistematização inédita. Com este último, a concorrência e o modelo empresarial constituem um modo geral de governo, muito além da “esfera econômica” no sentido habitual do termo. [...] estamos lidando não com uma “mercantilização sorrateira”, mas com uma expansão da racionalidade de mercado a toda existência por meio da generalização da forma-empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 26-27).

Ainda segundo os autores supracitados, racionalidade de mercado, portanto, exerce dominância na atividade de governo e na construção da subjetividade. Por um lado, ela mercantiliza radicalmente as diversas dimensões da vida social e estabelece uma sistemática concorrência entre os indivíduos. Por outro, na subjetivação contábil-financeira, ela refaz a relação do indivíduo com si mesmo, que deve ser análoga à relação que se conserva entre indivíduo e capital: em suma, o indivíduo enxerga a si próprio como capital [humano], um valor que deve se valorizar na esfera onde goza de maior liberdade, o mercado. É essa a libertação da servidão moderna, a utopia hayekiana.

Em nosso entendimento, a ideia de Dardot e Laval (2016) acerca da governamentalidade neoliberal, com a generalização do modelo empresa e a subjetivação contábil-financeira, conecta-se em grande medida com a noção de *trabalhador just-in-time* enunciada, porém pouco desenvolvida, por Francisco de Oliveira (2000). No momento de sua menção, o autor utiliza o trabalhador *just-in-time* como sinônimo de trabalhador *online*, isto é, aquele que deveria estar disponível para ser, via celular ou *pager*, convocado ao trabalho.

Gostaríamos de remodelar essa definição, introduzindo o que concebemos como *força de trabalho just-in-time* e demonstrando como ela se conecta com o mundo do trabalho toyotizado e com indivíduo-empresa propagado pela sociedade neoliberal.

Quando tratamos sobre a organização toyotista do trabalho, discorremos sobre dois aspectos característicos que contrastam com o taylorismo-fordismo, retomemos. A produção em série de mercadorias, homogeneizada e massificada, dá lugar a uma organização da produção responsiva às demandas do mercado, possibilitando que se atendam as demandas de forma cada vez mais individualizada, personalizada – trata-se de uma produção amplamente conhecida como *just-in-time*. Ela não produz o máximo de mercadorias que sua capacidade produtiva permite, já que o risco é de que, não encontrando consumo correspondente, se deteriorarem. Nesse sentido – e apenas nele⁸ – há uma determinação da produção a partir da demanda.

Outra característica que nos cabe retomar é no manejo do estoque. Se, para a produção em massa, exigia-se um grande nível de estoques de matérias-primas, a produção *just-in-time* reconfigura essa condição. Trata-se de operar com estoque mínimo, realizando a reposição por meio do sistema *kanban*. O estoque deve, portanto, responder à produção que, conforme explicados, tem um grau de flexibilidade conforme se comporta a demanda. Há, ainda, pelo *kanban*, a vantagem de mobilizar menos capital que permanecerá cristalizado em forma de matéria-prima, permitindo maior mobilidade do capital particular.

Observemos que a produção flexível submete parte significativa do capital constante – no caso, as matérias-primas, já que não é possível fazer o mesmo com o maquinário. Por que o mesmo não poderia ocorrer com o capital variável – a força de

⁸ Do ponto de vista da totalidade, há uma sobredeterminação da produção *sobre* a demanda (MARX, 2011b).

trabalho? Se a produção pode, ora encolher, ora expandir, por qual motivo o capitalista manteria a mesma massa de força de trabalho?

É nesse sentido que se encontram as pressões pela desregulamentação das legislações trabalhistas, que respondiam a um tipo de trabalho próprio do padrão de organização do trabalho vigente anteriormente, em prol de legislações que assegurem total liberdade para o capital absorver e repelir força de trabalho sem barreiras legais. Dessa forma, as terceirizações se constituíram como uma tática do capital que possibilita o movimento anteriormente descrito de expansão e encolhimento de consumo da força de trabalho, mas pode não corresponder à forma mais plena dessa mobilidade.

O ponto máximo do horizonte neoliberal, portanto, é da oferta de força de trabalho *just-in-time*, não necessariamente mediado por empresas, mas pelo indivíduo-empresa, dotado de sua subjetividade contábil-financeira, ávido por valorizar a si mesmo enquanto capital humano.

Trata-se de assegurar a livre mobilidade da força de trabalho, sem a regulação do Estado, naquilo que é concebido como o único capaz de assegurar a primazia do indivíduo: o mercado. Não se trataria, para Dardot e Laval (2016), da retirada do Estado da economia, como comumente o neoliberalismo é tratado na literatura sobre o tema. Segundo os autores, aliás, a oposição entre mercado e Estado atrapalha na exata compreensão do neoliberalismo enquanto tal, já que foi o próprio Estado um dos grandes responsáveis pela introdução, na economia e na sociedade, da lógica do modelo empresa e da concorrência.

Considerações Finais

Em suma, o que buscamos sintetizar com a *força de trabalho just-in-time* é a necessidade, cada vez mais imperiosa, por parte da reprodução do sistema capitalista de estabelecer relações de trabalho gradativamente mais atomizadas, difundindo o trabalho

autônomo, “independente”, incentivando políticas de pejotização como os casos brasileiros do “PJ zero”⁹ e do Microempreendedor Individual (MEI).

Também não se deve ao acaso que seja marcante, do atual período, as políticas antissindicais. Trata-se de minar as formas de associação coletiva entre os trabalhadores, evitando vínculos de solidariedade, cooperação e luta política conjunta, que poderiam tensionar pelo aumento do preço da força do trabalho e, de tal forma, “distorcer” o mercado.

Não seria exagero afirmar que, na utopia da sociedade neoliberal, onde vínculos duradouros de emprego tornam-se cada vez mais uma exceção e se ergue um mercado de trabalho em que o capital se relaciona de forma provisória com indivíduos-empresa atomizados, a classe trabalhadora se configure cada vez mais próxima daquilo que tratamos como superpopulação relativa flutuante, que é constantemente absorvida e repelida do mercado de trabalho. Nas palavras de Castel (2010), a sociedade do pleno emprego daria lugar à utopia da sociedade da plena atividade.

Cabe, por fim, fazermos um último apontamento: a financeirização, processo sobre o qual não foi possível nos deter com profundidade no presente trabalho, mas que é elemento fundamental da estratégia do capital frente sua crise estrutural (lembramos do já citado tripé: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização), colabora em grande medida com a força de trabalho *just-in-time*. Isso ocorre em convergência com a mundialização do capital, tornando mais acessível a compra de força de trabalho de menor custo em diferentes continentes e países. A abertura de capital das empresas, com a compra e venda de ações ocorrendo com elevada dinâmica e facilidade, também pressiona para que esses trabalhadores não gozem de estabilidade, formalidade, segurança, em suma, de um conjunto de direitos sociais e trabalhistas.

Para a devida compreensão do mercado de trabalho e suas tendências emergentes, faz-se necessário, em nossa visão, buscar uma interpretação que associe o surgimento de suas novas formas jurídicas e a forma pela qual o trabalho tem se estabelecido, de fato, em nossa sociedade com as imperiosas necessidades de reprodução do capital. A noção de força de trabalho *just-in-time* busca acentuar tais contornos, com ênfase nos processos de flexibilização e precarização do trabalho.

⁹ “PJ zero” consiste na denominação para as empresas – pessoas jurídicas – compostas por uma só pessoa. É frequentemente utilizada para o disfarce de relações empregatícias (KREIN *et al.*, 2018).

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BASSO, Pietro. **Tempi moderni, orari antichi: l'orario di lavoro a fine secolo**. Milano: Franco Angeli, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis : Vozes, 1998.

_____. **El Ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça. **A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1997.

KREIN, José Dari; ABILIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORSARI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis; SANTOS, Anselmo (orgs.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas SP: Curt Nimuendajú, 2018.

LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**. 2. ed, 3. reimp. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Financeirização e precarização: duas faces da mesma moeda. **Revista Coletiva**, n. 19, v. 1, 2017.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Passagem na neblina. In: Stédile, J.; Genoíno, J. (orgs.) **Classes sociais em mudança e luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013.